

PARTIDO AFRICANO DA INDEPENDÊNCIA DA GUINÉ E CABO VERDE

SECRETARIADO NACIONAL

COMUNICADO DO SECRETARIADO NACIONAL DO PAIGC

O Secretariado Nacional do PAIGC esteve reunido em sessão ordinária hoje, dia 13 de Julho de 2015, na sede nacional do Partido, sob a presidência do Camarada Domingos Simões Pereira, Presidente do Partido, para proceder à apreciação da situação política nacional, tendo em agenda, de entre outros, os ataques sistemáticos disferidos contra membros do Governo pelo Ministério Público, por alegado envolvimento de alguns desses membros em actos de corrupção.

O Secretariado Nacional do Partido convocou para o efeito alguns dos visados e os respectivos advogados, para, antes de se pronunciar e no exercício do contraditório, ouvir a sua versão dos factos.

Depois de uma análise das informações prestadas e do conteúdo dos Despachos proferidos pelo Ministério Público, o Secretariado Nacional do PAIGC vem através do presente Comunicado tornar pública a sua posição, nos seguintes termos:

1. O Secretariado Nacional do PAIGC, partido libertador e da abertura democrática, reitera o seu profundo respeito pelos diferentes órgãos de soberania, a saber, Presidente da República, Assembleia Nacional Popular, Governo e Tribunais;
2. O Secretariado Nacional do Partido, preocupado com a evolução negativa dos acontecimentos, vem, uma vez mais, apelar aos órgãos de soberania acima referidos para que pautem a sua acção na base do

respeito mútuo e da cooperação institucional, em benefício do fortalecimento das referidas instituições, da paz e da estabilidade política e social do país;

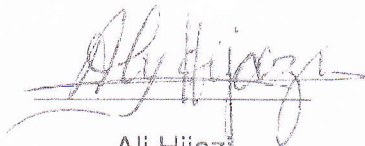
3. Nesta senda, o Secretariado Nacional do PAIGC reafirma a sua indefectível submissão aos princípios democráticos e aos valores do Estado de Direito, pugnando pelo fim da impunidade e pelo combate sem tréguas contra a corrupção e o crime organizado;
4. Por isso o Secretariado Nacional do PAIGC entende que os direitos e as garantias dos Membros do Governo legalmente fixados têm de ser respeitados, e que os processos judiciais contra eles instaurados devem obedecer ao regime do Segredo de Justiça, para salvaguarda do Estado de Direito e das instituições da República;
5. O Secretariado do PAIGC considera ainda que a oportunidade e os procedimentos que estão a ser utilizados na instrução dos processos e sua divulgação pública revelam a existência de critérios selectivos, tendenciosos e parciais, pelo que condena veementemente a continuação da sua prática, por colocarem em causa o regular funcionamento do Governo;
6. Neste quadro o Secretariado Nacional constatou com estranheza que só processos contra Membros do Governo do PAIGC estão a ser objecto de fugas de informação, revelando uma clara intenção de propiciar a condenação prévia dos mesmos na praça pública, sem a garantia de um processo isento;
7. O Secretariado Nacional do PAIGC declara que todo e qualquer responsável, membro do Governo ou de outro órgão de soberania, sobre o qual recaiam fortes indícios da prática de crimes ou acusações fundadas, devem colocar-se à disposição das instâncias judiciais para prestarem as informações necessárias ao apuramento da verdade e, sendo o caso, para procederem à sua defesa em juízo, devendo gozar

da presunção de inocência até ao trânsito em julgado da respectiva sentença;

8. O Secretariado do PAIGC recomenda ao Governo a apresentação de um pedido de Debate de Urgência na Assembleia Nacional Popular para que o relacionamento entre os diferentes órgãos de soberania volte a ser analisado, por forma a serem recomendadas as soluções que melhor garantam o seu regular funcionamento e cooperação estratégica.

Bissau, 13 de Julho de 2015

O Secretário Nacional



Ali Hijaz